

Justiça vê risco à saúde em jornada de motoristas escolares

MPT aponta jornadas de até 14 horas diárias no transporte da rede municipal

Por Moara Semeghini

A Justiça do Trabalho determinou que a empresa Rhema Mobilidade regularize imediatamente a jornada de motoristas do transporte escolar de alunos e profissionais da rede municipal de ensino de Campinas.

A ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) aponta um padrão sistemático de desrespeito às normas trabalhistas, com jornadas de até 14 horas diárias e supressão de intervalos obrigatórios de descanso. Segundo a decisão liminar, a situação coloca em risco a saúde dos trabalhadores e a segurança dos passageiros transportados.

Segundo o MPT, o caso teve origem em relatório fiscal da Gerência Regional do Trabalho de Campinas, que identificou irregularidades na rotina dos trabalhadores. Entre os problemas apontados estão a extrapolação recorrente do limite legal de ho-

ras extras e a supressão de intervalos entre jornadas e durante o expediente.

A análise dos registros de ponto indicou situações em que empregados teriam sido submetidos a jornadas de até 14 horas diárias. Para o MPT, esse tipo de prática aumenta o risco de doenças ocupacionais e acidentes, com reflexos também na segurança dos passageiros.

Autos de infração lavrados pela fiscalização apontaram 464 irregularidades relacionadas ao excesso de horas extras em prejuízo de 58 trabalhadores. Outros 199 casos envolveram motoristas profissionais submetidos a jornadas acima dos limites previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Também foram registradas 147 infrações por descumprimento do intervalo intrajornada mínimo de uma hora. Em relação ao intervalo obrigatório de 11 horas consecutivas entre jorna-



Justiça determina que Rhema regularize jornada no transporte escolar de Campinas

das, os auditores identificaram 594 irregularidades envolvendo trabalhadores em geral e outras 926 infrações relacionadas especificamente a motoristas profissionais. A liminar obriga a empresa a respeitar a legislação sobre duração do trabalho, garantir o intervalo mínimo de 11 horas entre uma jornada e outra e assegurar os períodos destinados a descanso e alimentação durante o expediente.

Em caso de descumprimento, a Justiça fixou multa de R\$ 1 mil por trabalhador encontrado em situação irregular a cada constatação.

Na decisão, a juíza Juliana Vieira Alves destacou que a medida busca evitar riscos imediatos à coletividade. “Esperar o desfecho do processo para, só então, impor o cumprimento de normas básicas de saúde e segurança seria o mesmo que anuir (consentir) com a exposição diária de dezenas de trabalhadores e de tercei-

ros a um risco grave, iminente e, muitas vezes, irreparável”, escreveu.

O MPT também apontou que a empresa teria resistido durante a investigação, com dificuldades no fornecimento de documentos e no atendimento a notificações. A concorrência do transporte público coletivo, da qual o Consórcio Grande Campinas faz parte, ainda está em fase administrativa, com prazo para recursos e análise do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), além de investigação da Polícia Civil envolvendo o grupo vencedor do Lote Norte antes de eventual homologação.

Resposta da Prefeitura:

“A Secretaria de Educação de Campinas informa que os pagamentos do Município à empresa mencionada estão em dia e que ela está cumprindo todas as obrigações previstas em contrato para a realização do transporte escolar.

“A fiscalização da secretaria

considera o plano de operação e a qualidade do serviço prestado, com base em requisitos previstos em contrato. Já as obrigações trabalhistas são de responsabilidade exclusiva da empresa.

“O serviço de transporte escolar regular é prestado por cinco empresas na rede municipal”.

Consórcio

A Rhema Mobilidade integra o Consórcio Grande Campinas, responsável pelo transporte escolar da rede municipal de ensino e habilitado recentemente pela Prefeitura na licitação do transporte público coletivo para operar o Lote Norte, que atende as regiões Norte, Oeste e Noroeste. A concorrência, estimada em R\$ 11,8 bilhões, ainda é alvo de análise do Tribunal de Contas do Estado, que apura possíveis vínculos societários e administrativos entre empresas participantes do certame, levantando suspeitas de conluio no processo.

Saúde recomenda vacinação contra sarampo a torcedores que vão à Copa

Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas

A Secretaria de Saúde de Campinas alerta a população que vai viajar para os países sede da Copa do Mundo 2026 para que esteja com a vacinação contra o sarampo em dia, já que há surtos da doença registrados nos Estados Unidos, Canadá e México. Saiba mais em campinas.sp.gov.br/noticias/com-surtos-em-outras-paises-devisa-emite-alerta-sobre-risco-de-casos-importados-de-sarampo-137366.

O Ministério da Saúde lançou a campanha de intensificação da vacinação contra o sarampo focada nos torcedores que viajarão para a Copa do Mundo. A iniciativa visa evitar a reintrodução da doença no Brasil, que é certificado como país livre do sarampo, mas enfrenta riscos devido ao aumento das viagens. in-

ternacionais.

Além dos viajantes com faixa etária já abrangida pelo calendário vacinal brasileiro, também devem ser vacinadas crianças de 6 a 11 meses. Para crianças de 6 a 8 meses, haverá doses disponibilizadas em seis Centros de Saúde (CSs) de Campinas. Já a população a partir de 9 meses pode ser imunizada em todos os 69 CSs da cidade. No caso das crianças de 6 a 8 meses, as doses para imunizá-las estão disponíveis a partir desta quarta-feira, 20 de maio, nos seguintes Centros de Saúde, durante o horário de atendimento e sem necessidade de agendamento: CS Guanabara; CS Vicente Pisani; CS Aurélia; CS Aeroporto; CS São José; CS Paranapanema.

“O ideal é aplicar a dose pelo



Vacina está disponível nos 69 Centros de Saúde de Campinas

menos 15 dias antes da viagem, mas, se não der, e houver atraso, nem que seja no mesmo dia”, alertou a coordenadora do Programa de Imunização de Campinas, Chaúla Vizelli.

A medida segue uma nota técnica voltada a viajantes em razão do evento de massa e da circulação ativa do vírus do sarampo nos países da América do Norte que vão sediar a Copa.

Segundo Chaúla, o objetivo é proteger os moradores antes da exposição ao risco de contágio.

“Quem não está protegido, o risco de pegar é alto e há um risco de reintrodução da doença dentro do nosso país, que hoje tem a eliminação do sarampo. Por isso, todo esse cuidado, e a única forma de prevenir é a vacina”, destacou.

A vacina utilizada é a mesma tríplice viral já aplicada na rotina, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola. Para crianças de 6 a 8 meses, será utilizada uma formulação aprovada para esta faixa etária.

As doses destinadas às crianças dessa faixa etária ficarão centralizadas nas seis unidades de saúde do município listadas acima, uma por distrito.